

Que alternativas estratégicas para se lidar com a transição conservadora em **REGIME DE EXCEÇÃO**?

POR ALCIDES MIRANDA

Decorrido o afastamento da Presidente eleita, inicia-se mais um período de transição conservadora na história de nosso país. Com ocorrências e decorrências sob regime de exceção. Desta feita, não por imposição de força militar, mas, de uma espécie de “exceção jurisprudente” imposta por corporações autoritárias e privilegiadas na sociedade política e civil. Um regime de exceção promovido pela cumplicidade patética das quadrilhas de traficantes da “pequena política” que desde muito tempo dirigem os parlamentos; pela cumplicidade, conivência ou covardia da alta hierarquia do poder judiciário (o minúsculo é intencional) e de alguns promotores que deveriam zelar pelas garantias e cumprimento dos preceitos constitucionais. Em decorrência, multiplicam-se as evidências de intimidações e perseguições, pela via da “judicialização” partidariada e da truculência policial, contra aqueles que denunciam tal situação e buscam resistir.

Estamos de novo num lugar e tempo histórico que muitos imaginávamos ter superado.

Há muito o que se refletir e se fazer em tempos assim, de retrocesso, de riscos e ameaças na vizinhança. Compartilhamento de ânimo e busca de mobilizações por resistência; críticas e autocríticas; pretensões para ousadas, reinvenções, inovações e renovações sobre as razões, modos e meios de se exercer a Política.

De início temos uma responsabilidade histórica, de constituição da memória crítica sobre o que tem ocorrido, para que outras gerações estejam mais atentas e não se iludam



com os aparentes avanços de nossa sociedade política e civil. Muitos sabem que as regras democráticas possíveis e viáveis são de mera conveniência para quem sempre mandou em nosso país, mas não sabiam quais eram os limites de tal convivência e conveniências consentidas. Os governos de Lula e de Dilma promoveram avanços significativos, mas pouco ousaram. Investiram em significativas políticas de caráter compensatório e redistributivo, em reformas institucionais tímidas, mas não ousaram radicalizar em temas de democratização participativa e, assim, em alterar regras do jogo secular de poder institucional. Apostaram mais em conciliações e arranjos de governabilidade com o condomínio da Casa-Grande, buscaram “jogar o jogo” da governabilidade no mercado da pequena política e permitiram que muitos de seus prepotentes se chafurdassem na mesma lama da secular corrupção.

Mas, se o limite tolerado são as pequenas e ocasionais compensações em termos de políticas sociais, o que teria ocorrido se os governos de Lula e Dilma tivessem ousado mais? Uma antecipação do que ora ocorre?

Muitos sabem que condôminos de estratos sociais mais privilegiados, ou seus pretendentes, guardam-se preponderantemente mais conservadores, preconceituosos e rancorosos em seu ilusório castelo meritocrático, mas não sabiam qual seria o seu limiar de exposição e mobilização política. Em tempos de exceção, descobrimos o despertar do fascista enrusti-

OS GOVERNOS DE LULA E DE DILMA PROMOVERAM AVANÇOS SIGNIFICATIVOS, MAS NÃO OUSARAM RADICALIZAR, ALTERAR REGRAS DO JOGO SECULAR DE PODER INSTITUCIONAL

do no vizinho educado e no familiar querido. Descobrimos, na prática, como a induzida ignorância política e preguiça intelectual podem produzir massa e movimentos de manobra sobre a “ingenuidade” ocasionalmente útil e descartável. Ou seja, descobrimos que o estado e regime de exceção não são somente institucionais e podem ser despertados e provocados na intimidade de nossas relações cotidianas.

Nas atuais circunstâncias, torna-se cada vez mais evidente que o golpe constitucional e o regime de exceção, em curso, são apenas sintomas mais proeminentes de degradação institucional em uma sociedade cronicamente adoecida e dependente de uma institucionalidade “democrática” saturada pelos arranjos e tráficos de “governabilidade” no referido mercado da pequena política.

Quando expoentes do que há de pior na sociedade se tornam referências como um “mal necessário” (no discurso dos mais cínicos) ou como alternativas de projeto político de transição (no imaginário daqueles mais bestializados pela “fé cega” ou pela “faca amolada”) é porque chegamos àquele ponto irretornável, quando os tratamentos paliativos e meramente sintomáticos ao regime vigente só tendem a aumentar a agonia e piorar o quadro geral.

Ao que parece, teremos ainda que vivenciar e lidar com momentos piores, para que haja algum entendimento mínimo sobre a gravidade e decorrências da atual crise (de retrocesso? de crescimento? de ruptura?). O Estado brasileiro é essencialmente uma representação temporal de poder político, administrativo e jurisprudente da sociedade. Em sendo assim, não basta somente focar em remediar estamentos degradados ou mesmo a degeneração de alguns segmentos partidários da sociedade política.

Em nosso país, já tivemos sociedades (políticas e civis) com representações institucionais (estatais e corporativas) bem piores no passado, quando buscava-se justificar explicitamente e naturalizar legalmente a preponderância dos valores semifeudais de domínio da Casa-Grande (com seus estatutos e estratos de vassalagem e servidão...), a escravidão e a mercantilização da condição humana, o arbítrio patriarcal autoritário, o monopólio e o absolutismo religioso, a noção de “inferioridade” dos mais explorados, a complacência caritativa para com os “indigentes” e os mais vulneráveis.

Quando se buscava justificar e naturalizar a função servil e intermediária de nossas elites na dependência neocolonial e na exploração econômica por parte de imperialismos sucedâneos. Elementos constitutivos típicos de um regime econômico de capi-

talismo periférico, com um “liberalismo de fachada”, pois, consubstanciado por oligopólios em comensalismo autorregulado e em secular parasitismo do Estado. A nossa história republicana está permeada de ciclos com aberturas discretas, com reciclagens ambíguas e com disposições ou imposições autoritárias. Fases de aberturas, reciclagens e avanços regulados e contingenciados, em termos de políticas sociais compensatórias e de inovações institucionais adjutórias. Intercaladas por fases de espasmos autoritários a reter, circunscrever, redirecionar ou contingenciar as tensões por avanços. Houve muitos espasmos autoritários na chamada “Velha República”, houve o período da ditadura Vargas, houve várias tentativas de golpes constitucionais (1954, 1956, 1961), até a sua efetivação em 1964.

O que há de mais comum nesses repetitivos ciclos têm sido os discursos e as agendas aparentemente paradoxais, proeminentes nos momentos de transição (refiro-me ao “paradoxo de Lampedusa”: mudar para que tudo permaneça). Em tais transições quase sempre são anunciadas “mudanças” de agendas políticas e econômicas, contidas e subordinadas aos termos de conservação da ordem e do status quo. Como exemplo, realço o marco inaugural de nossa história republicana, quando se instalou a república pela via de um golpe militar. Eis, pois, que estamos a lidar com um novo espasmo autoritário, agora sob a direção e condução de determinadas corporações estamentais e da sociedade civil. Quando iniciativas de retrocesso político e institucional são ensaiadas com o apelo “da luta contra a corrupção” (tantas vezes repetido em ocasiões similares) e com mais uma “agenda de transição”, apresentada em nova roupagem, sob o pretexto da crise econômica. Espasmo autoritário de retrocesso em uma institucionalidade política com estado mórbido avançado; em uma sociedade política colonizada, consumida e depauperada pela apropriação utilitária do Estado, pela retificação mercantil das relações institucionais, pela senilidade precoce de seus arremedos de democracia representativa.

Vivemos ainda em uma sociedade em que muitos continuam tentando justificar implicitamente e naturalizar ideologicamente outras formas menos aparentes de escravidão (teleguiada) e de mercantilização da condição humana (cidadãos consumidores); de racismo dissimulado; de arbítrio patriarcal autoritário em derivações colaterais (homofobia, sexismo etc.); de oligopólios do absolutismo religioso

(o “reino” dos mercadores da fé); de disfarçados sentidos de inferiorização social sob discurso meritocrático; de complacência meramente caritativa para com os “indigentes” e os mais vulneráveis. Muitos professam a doutrina do “empreendedorismo”, nova fachada discursiva para o empresariamento e mercantilização das políticas públicas (a introjeção de valores de mercado na esfera pública), para a exploração exaustiva do meio ambiente (a “fronteira final” do “desenvolvimento” capitalista), para a consolidação de nova modalidade de exploração imperialista sob a forma do capitalismo especulativo e rentista; para a legitimação social de valores semifeudais reciclados (pois, continuam implicando em senhorio e relações de vassalagem e servidão).

Vivemos, pois, o decorrer de mais uma pretensão de reciclagem histórica. Quando mais uma vez poucos egos senhoriais tirânicos, amparados pelo seu grande poder econômico e midiático, secundados por vassalos amorais (ou, se preferirem os gramscianos: de “intelectuais orgânicos” de estimação) e capatazes violentos, buscam assaltar o poder de Estado para redefinir as condições de sua dominação e hegemonia. E, também de novo, sob a cumplicidade ativa ou a conivência passiva de agregados da contemporânea Casa-Grande, que temem perder privilégios obtidos perante tamanhas desigualdades e iniquidades. Muitos resistem e se mobilizam contra tal empreendimento de retrocesso e

observa-se forte polarização na sociedade civil, mas entre estratos minoritários da sociedade. A maior parte das pessoas, principalmente os mais explorados, assiste a tudo desencantada e, talvez, um pouco apreensiva (fosse adequado acionar a sonoplastia, caberia talvez o fundo musical de “Vida de gado”: sonhando “com melhores tempos idos”, contemplando a vida de “uma cela”).

Para os golpistas de plantão, mesmo o atual “Estado Democrático de Direito”, estatuto de naturalização jurisprudente de sua dominação e hegemonia, já não lhes serve, pois buscam retroceder para antes de 1988, enquanto suspiram por estar no espírito de época de uma Miami futura. Em mais um aparente paradoxo, buscam retroceder politicamente ao passado para se realinhar economicamente com o futuro (autodestrutivo) do capitalismo global. Dadas as circunstâncias atuais, não há mais escrúpulos aparentes, artimanhas, subterfúgios ou sutilezas. O jogo torna-se bruto e explícito, escancara-se a crueza das “relações de poder” nas instituições corroidas e corrompidas desde há muito tempo.

Os parlamentares “votando” pelo “impeachment” no teatro do absurdo constroem e envergonham profundamente a quase todos. Mas, uma vez passada a ressaca do gozo ou do escárnio, vira-se a página da etapa tática vencida e os mesmos correm afoitos para recuperar os seus lugares nos porões da frágil nau de nossa institucionalidade democrática. O



que seria do país se esses mesmos deputados (ou agora os senadores) tivessem derrotado momentaneamente o golpe pela via do “impeachment”? Estaríamos alguns comemorando? E nos dias seguintes? Ora, pois, o golpe não se reduz e nem se resume a uma tática de assalto ao poder governamental. O golpe se traduz em um projeto e programa de transição conservadora, com vistas ao futuro, pelo retrovisor. Basta observar a pauta de votações do Congresso Nacional e o conjunto de recentes deliberações que promovem o realinhamento da institucionalidade e políticas públicas para com um projeto neoliberal satélite.

Nesse sentido e perspectiva, continua a proatividade de oligopólios proprietários dos meios de produção (material e imaterial, concreta e simbólica) e dos meios de especulação rentista, a chamada plutocracia. Uma vez tendo sido conveniente para o momento tático do golpe, busca-se agora a consolidação e naturalização do regime de exceção, com a já referida cumplicidade ativa e conivência passiva da parte de corporações estamentais autoritárias oriundas de todos os poderes institucionais republicanos, de corporações profissionais autoritárias e proeminentes na sociedade civil (OAB, CFM & Cia. Ltda.), de corporações religiosas autoritárias. Busca-se uma agenda de “reconciliação nacional” com mediações e inclusão de interesses de tais corporações autoritárias. Sim, o golpe não é somente o “começo do fim” do período de governo Lula-Dilma, é um momento tático inicial para mais uma transição conservadora dotada, por enquanto, de grosseiras estratégias institucionais. Não fossem grosseiras, já teriam atingido aos seus propósitos de forma bem menos trabalhosa, já teriam uma formulação política bem mais elaborada do que a grotesca “ponte para o futuro”.

E DAÍ, ENTÃO?

Resistir é preciso! E a resistência passa inicialmente pela denúncia sobre a ilegitimidade do procedimento adotado para o desencadeamento da transição conservadora, por isso mesmo, indisfarçadamente golpista. A resistência passa por atitudes corajosas e firmes de desobediência civil diante dos inúmeros atentados às liberdades civis (órfãs do liberalismo) e aos direitos sociais (ainda em sua fase embrionária). No atual caso brasileiro, a reconhecida truculência e inabilidade do condomínio plutocrata relegou aos seus autores um golpe que lhes vai custar mais caro do que imaginavam, pelo menos em termos

A NOSSA HISTÓRIA REPUBLICANA ESTÁ PERMEADA DE CICLOS COM ABERTURAS DISCRETAS, COM RECICLAGENS AMBÍGUAS E COM DISPOSIÇÕES OU IMPOSIÇÕES AUTORITÁRIAS

de repercussão internacional (“pegou mal” até em Miami). É claro, já estão tratando de se livrar discretamente de seus gângsteres-capatazes mais proeminentes no parlamento e já clamam por “união” e pelo novo “pacto de reconciliação nacional”. Do mesmo modo, continuarão tentando se livrar do “risco eleitoral” e eliminar a possibilidade da “candidatura Lula” (pela via de mais uma “exceção do direito” ou pelas vias de fato). Para quem pretende resistir e se contrapor ao que se anuncia, não é o caso de se iniciar uma oposição convencional ao novo governo que se instala, pois esta é a expectativa de quem busca termos de “naturalização” da situação atual e de nova “normalidade democrática”. O “pecado original” do golpe e a condição de manutenção do regime de exceção, apoiados e consentidos por parcelas significativas de nossa sociedade, nos coloca em outra perspectiva. Contra o Estado e regime de exceção vigentes não podemos simplesmente reivindicar o retorno a uma “normalidade” democrática, aparente e traiçoeira. Negociar ou obter com este pretense “governo de transição” significa emprestar-lhe a aura de legitimidade que tanto necessita. Entabular e estabelecer quaisquer intermediações institucionais com tal governo ilegítimo, a partir de uma visão “pragmática” acerca da transitoriedade do regime exceção, significa avalizar a sua tática golpista incompetente e o assalto ao poder estatal pela via dita branda (não pôde fazê-lo pela via dita dura), significa abster-lo de seu “pecado original”, significa avalizar as suas estratégias institucionais e na gestação de seu oximoro de mudança.

EM SENDO ASSIM, E DAÍ?

Distintamente dos jogos táticos de intercâmbio comensal, de jogos de “soma positiva” e de “governabilidade de bastidores” no mercado da pequena política, importa constituir e dinamizar uma estratégia de resistên-

cia pacífica (não confundir com passiva) e de proposições radicais para um projeto político alternativo. Não há estratégias sociais e institucionais radicais, que possam mobilizar corações e mentes, sem um sentido ético-social civilizatório (não me refiro ao sentido etnocêntrico do termo, mas ao sentido de ética civil) e um inequívoco propósito político de democratização.

Entendo e defendo que o propósito inicial para um projeto político alternativo deva ser a luta por uma reforma política constitucional. Mesmo que, infelizmente, tal iniciativa possa previsivelmente se enviesar pela aparência e não se enraizar em substância.

Uma Assembleia Nacional Constituinte autorizada por um plebiscito convocado para tal fim. Eleita exclusivamente para elaborar uma proposta de reforma política abrangente e substancial (da institucionalidade às regras

de legitimação para uma transição conservadora. Desde que se trate apenas de uma estratégia institucional, facilmente apropriada por quem possa instrumentalizá-la mais convenientemente. Mas, em se tratando (também) de estratégia social bem articulada, sustentada em mobilizações e movimentos que disputam protagonismo e a direcionalidade da grande política, não poderia ter outros processos e desfechos? Por fim, se não é possível projetar, tecer e fazer política sem tensões propositivas radicais (de raiz), mesmo que aparentemente ingênuas e ilusórias, teremos que nos render ao pragmatismo utilitário de negociar ou traficar governabilidade nos (bastidores dos) palácios? Creio que se o futuro se anuncia como sombrio, se as pretensões de o transformar radicalmente podem parecer ingênuas ou utópicas, tentemos pelo menos aprender com o passado

SE O FUTURO SE ANUNCIA COMO SOMBRIO, SE AS PRETENSÕES DE O TRANSFORMAR RADICALMENTE PODEM PARECER INGÊNUAS OU UTÓPICAS, TENTEMOS PELO MENOS APRENDER COM O PASSADO RECENTE

de representação, participação e controle público), extinta após a deliberação de sua proposta final. Após a promulgação da Reforma, eleições gerais (da Câmara de vereadores à Presidência da República).

É claro que tal proposta estratégica para uma transição alternativa (àquela referida como conservadora) pode soar como “ingênuas” ou inviável, se consideradas as análises conjunturais sobre a tal “correlação de forças” ou as tendências de hegemonia e preponderância política. Mas de que outro modo seria uma estratégia alternativa?

Somente uma nova eleição, agora ou em 2018, teria melhores possibilidades alternativas em termos de redirecionamento estratégico institucional e social?

Mesmo que Lula pudesse concorrer e venesse a próxima eleição em 2018, conforme apostam muitos, qual seria a sua governabilidade futura? Não voltaria ele a negociar e traficar apoios no mercado da pequena política? Suas condições de “governabilidade” não estariam compatíveis com os termos de uma transição conservadora? Devo admitir que uma reforma política constitucional possa ser deturpada e também servir como novo arran-

recente. Principalmente no que se refere às tentativas (menos ilusórias?) de traficar políticas compensatórias para os mais explorados e os miseráveis (“incluídos” mais como cidadãos-consumidores do que como sujeitos políticos), sem a necessária apropriação pública das políticas sociais, sem maiores tensionamentos por direitos sociais sob a égide de radicalização democrática (não somente democracia representativa, mas democracia social). Precisamos de tensionamentos políticos ousados para que o Estado possa ser reapropriado pela e na esfera pública. Para tanto, não devemos temer (Temer?) as apostas estratégicas nos processos de democratização, mesmo correndo os riscos advindos de suas imperfeições. Mesmo que, em tentando, não consigamos alterar a volta dos repetidos ciclos republicanos, não podemos prescindir do estatuto pedagógico da política, que muitas vezes só pode ser percebido no longo prazo, entre gerações.

*Alcides Silva de Miranda é médico e professor de Saúde Coletiva na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, coordenador da Comissão de Política, Planejamento e Gestão da Associação Brasileira de Saúde Coletiva e membro da diretoria da Abrasco.